



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E  
CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PAULIANE VENESSA DA SILVA BRAGA MARQUES

EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DE NATUREZA  
NEGATIVA DIVULGADAS PELAS EMPRESAS DE ALTO IMPACTO  
AMBIENTAL LISTADAS NA BM&FBOVESPA

FORTALEZA

2013

PAULIANE VENESSA DA SILVA BRAGA MARQUES

EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DE NATUREZA  
NEGATIVA DIVULGADAS PELAS EMPRESAS DE ALTO IMPACTO  
AMBIENTAL LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Artigo submetido à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof(a) Dra. Alessandra Carvalho de Vasconcelos

FORTALEZA

2013

# **EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DE NATUREZA NEGATIVA DIVULGADAS PELAS EMPRESAS DE ALTO IMPACTO AMBIENTAL LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

PAULIANE VENESSA DA SILVA BRAGA MARQUES

## **RESUMO**

Com a modernização da legislação societária brasileira e a preocupação das empresas com a sustentabilidade, a divulgação de informações tem crescido a ponto de órgãos reguladores elaborarem normas sobre a questão ambiental. Nesse contexto, esta pesquisa tem o objetivo de analisar a evidenciação de informações ambientais de natureza negativa divulgadas em Notas Explicativas e nos Relatórios de Sustentabilidade pelas empresas consideradas de alto impacto ambiental listadas na BM&FBovespa. Para tanto, o estudo descritivo, com abordagem qualitativa dos dados, foi realizado por meio de pesquisa documental e da análise de conteúdo das Notas Explicativas e dos Relatórios de Sustentabilidade do ano de 2010. O estudo, que buscou analisar a evidenciação das informações compulsórias e facultativas sobre as Provisões e Passivos Contingentes de natureza ambiental, reúne uma amostra de 11 empresas listadas na BM&FBovespa de alto impacto ambiental, conforme a Lei nº 10.165/2000 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Com base nas análises realizadas concluiu-se que: i) as empresas pesquisadas apresentam níveis relativamente baixos de evidenciação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como de informações negativas de caráter ambiental em ambos os documentos analisados; ii) falta sintonia entre as informações divulgadas nas Notas Explicativas (compulsórias) e as declaradas nos Relatórios de Sustentabilidade (facultativas); e iii) os setores que apresentam maior declaração de externalidade negativa de natureza ambiental são Indústria de Papel e Celulose e Indústria Química.

**Palavras-chaves:** Provisões e Passivos Contingentes. Natureza ambiental. Evidenciação compulsória e facultativa.

## **1 INTRODUÇÃO**

A contabilidade brasileira passa por um processo de harmonização entre suas normas com as internacionais. Essa padronização é motivo de grande relevância para a Contabilidade Ambiental, pois foi a partir da Lei nº 11.638/2007 que as empresas de capital aberto começaram a evidenciar os impactos ambientais em suas demonstrações. Em virtude dessa padronização, essas empresas são obrigadas a divulgar suas demonstrações em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC através da Resolução nº 1.180/2009 de 24 de julho de 2009, começando a vigorar em janeiro de 2010.

Outro tema em evidência é a questão ambiental. Com o aumento dos interesses na preservação do meio ambiente, tanto as empresas quanto os seus usuários, sejam eles internos ou externos, cada vez mais sentem a necessidade de estarem evidenciando as informações de natureza ambiental. As empresas passam da visão apenas de obtenção lucro para a otimização e satisfação tanto de cliente como de fornecedores, instituições financeiras e até mesmo a sociedade em si.

Desde a década de 70, percebe-se uma preocupação mundial com o meio ambiente. No Brasil, o tema Meio Ambiente é abordado na Lei nº 6.938/1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Uma das alterações sofridas por essa Lei ocorreu em dezembro do ano 2000, com a publicação da Lei nº 10.165 onde foi acrescido o anexo VIII, que trata da classificação de empresas pelo grau de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambiental em alto, médio e pequeno. Essa classificação foi utilizada por alguns autores em seus estudos, como em Rover, Borba e Murcia (2009), Ciofi (2010) e Machado, Machado e Murcia (2011).

Cabe destacar que o Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) estabelece a obrigatoriedade na divulgação das informações sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes de natureza ambiental em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, ou seja, determina que seja divulgada a verdadeira situação da empresa perante as questões ambientais. Por sua vez, no Brasil, a elaboração e a publicação do Relatório de Sustentabilidade são facultativas, entretanto caso a empresa decida publicá-lo, cabe à mesma retratar a sua realidade quanto às essas questões contendo não somente informações positivas, mas também de informações negativas revelando seu desempenho ambiental aos seus *stakeholders*.

É nesse cenário que esta pesquisa se insere com o seguinte questionamento: Quais as informações ambientais de natureza negativa são evidenciadas nas Notas Explicativas e nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas consideradas de alto impacto ambiental?

Diante dessa questão a pesquisa tem como objetivo geral: analisar a evidenciação de informações ambientais de natureza negativa divulgadas em Notas Explicativas e nos Relatórios de Sustentabilidade pelas empresas consideradas de alto impacto ambiental listadas na BM&FBovespa. Para obtenção do exposto foi elaborado os seguintes objetivos específicos: 1) caracterizar as empresas consideradas de alto impacto ambiental em termos de setor de atuação; 2) examinar as informações evidenciadas nas Notas Explicativas das empresas sobre Provisões e Passivos Contingentes de natureza ambiental de acordo com o CPC 25 (2009); 3) verificar as informações negativas de natureza ambiental divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas; e 4) identificar as estratégias de prevenção divulgadas pelas empresas para que as contingências negativas não venham a acontecer no meio ambiente.

Este trabalho justifica-se devido à obrigatoriedade da divulgação sobre das Provisões e Passivos Contingentes estar de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e a preocupação da sociedade em preservação do meio ambiente. Vale ressaltar o diferencial deste trabalho em virtude da apresentação da comparação do conteúdo sobre Provisões e Passivos Contingentes ambientais entre as Notas Explicativas, divulgação obrigatória, e os Relatórios de Sustentabilidade, divulgação voluntária. Nas Notas Explicativas serão focadas as informações sobre as Provisões e Passivos Contingentes consideradas negativas. Nos Relatórios de Sustentabilidade se analisará a divulgação de informações positivas e/ou negativas para análise do desempenho ambiental das empresas. Assim, a principal finalidade desse estudo é verificar junto às normas - através do Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) - e aos Relatórios de Sustentabilidade se as empresas de alto impacto ambiental, conforme a Lei nº 10.165/2000, estão evidenciando e divulgando de forma uniforme as Provisões e Passivos Contingentes relativos às questões ambientais.

O trabalho esta dividido em cinco seções para uma melhor compreensão dos leitores. A introdução acima exposta. Seguido do referencial teórico abordando tópicos que fundamentam o assunto como:

Provisões, Passivos Contingentes e Divulgação de informações de natureza ambiental. Na sequência a metodologia abordada caracterizando as fases de como a pesquisa foi realizada. Em seguida a descrição e análise dos dados com os resultados da pesquisa. E por fim as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Provisões e Passivos Contingentes**

Em junho de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes que tem como objetivo prescrever critérios de reconhecimento e bases de mensuração a Provisões e a Passivos e Ativos Contingentes. Para tanto, é necessário que seja divulgada informação suficiente nas Notas Explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

De acordo com o CPC 25 (2009), “provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.” Conceito esse já utilizado na Deliberação da CVM nº 489/05 que aprovava o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 22 - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas e que foi revogada após a Deliberação CVM nº 594/09 a qual aprova o CPC 25 (2009).

As provisões aqui tratadas não devem ser confundidas com “provisões para férias” e “provisões para décimo terceiro salário” dentre outras, pois elas conforme Ludícibus et al. (2010) são provisões derivadas de apropriações por competência – *accruals*, e são caracterizadas como obrigações já existentes que não existe grau de incerteza relevante. Essas “provisões” devem ser contabilizadas como “férias a pagar”, “décimo terceiro a pagar” e etc., podendo dizer que se particularizam como passivos genuínos.

Segundo Ludícibus et al. (2010) as provisões podem ser classificadas como: provisão para garantias de produtos; provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; provisão para reestruturação, provisão para danos ambientais causados pela entidade, dentre outras. O foco do presente trabalho serão as provisões relacionadas ao meio ambiente.

Para que haja o reconhecimento de uma provisão é necessário que sejam satisfeitas as condições citadas no item 14 do CPC 25 (2009):

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A entidade deverá divulgar as provisões por cada classe provisões conforme item 84 do CPC 25 (2009):

- (a) o valor contábil no início e no fim do período; (b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; (c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período; (d) valores não utilizados revertidos durante o período; e (e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

Lemes e Carvalho (2010, p. 170) afirmam que, “passivo é uma obrigação presente que surge de eventos passados, cuja quitação deverá resultar em uma saída de recursos da entidade incorporando benefícios econômicos”.

Farias (2004, p. 28) após estudar várias definições sobre passivos conclui que “passivo é uma obrigação atual da entidade decorrente de eventos passados que exigirá prováveis sacrifícios futuros por meio da entrega de ativos ou prestação de serviços a uma ou mais entidades”.

Na literatura contábil são expostos alguns tipos de passivos. Para o presente momento será utilizada somente a classificação de Hendriksen e Van Breda (1999) que tratam o passivo como normal ou contingente. Onde esse é uma obrigação cuja liquidação depende de eventos futuros com alguma probabilidade de ocorrência, e aquele é uma obrigação cuja liquidação, ainda que ocorra no futuro, não depende de eventos futuros. A pesquisa se limitará aos passivos contingentes de natureza ambiental.

Conforme item 10 do CPC 25 (2009), passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida por que: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Um passivo contingente não deve ser reconhecido pela entidade. Ele deve ser divulgado em Notas Explicativas. Essa divulgação se dará quando a probabilidade de saída de recurso for possível. No caso de ser remota a probabilidade de ocorrência de desembolso nem deve ser divulgada.

O Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007 em seu item 23.4.2 Divulgação em Nota Explicativa de Provisões, Passivos e Ativos Contingentes recomenda que:

na elaboração das notas explicativas sobre contingência passivas sejam informados, no mínimo: (i) natureza da contingência (trabalhista, previdenciária, tributária, cível, ambiental, etc.), (ii) descrição pormenorizada do evento contingente que envolve a companhia, (iii) chance de ocorrência da contingência (provável, possível ou remota), (iv) instâncias em que se encontram em discussão os passivos contingentes (administrativa ou judicial, tribunais inferiores ou superiores), (v) jurisprudência sobre os passivos contingentes, (vi) avaliação das consequências dos passivos contingentes sobre os negócios da companhia.

Essa temática sobre divulgação ambiental seja ela obrigatória ou voluntária tem sido muito explorada em termos de pesquisa acadêmica. Entre os estudos que investigaram o assunto destacam-se os realizados por Lima e Garcia (2005), Silva (2007), Lins e Silva (2009), Rover, Murcia e Borba (2009), Gubiani, Santos e Beuren (2010), Oliveira, Benetti e Varela (2011), Machado, Machado e Murcia (2011) e Alves et al. (2012).

Lima e Garcia (2005) através do estudo de caso de uma indústria de plásticos analisaram a forma de mensuração e divulgação dos impactos ambientais e identificaram o modo como estavam sendo contabilizados os eventos econômicos relacionados ao meio ambiente. Os autores constaram que devido à ausência de um controle ambiental na contabilidade da empresa há poucas informações relativas ao impacto ambiental não sendo contabilizados adequadamente os eventos econômicos relativos ao meio ambiente.

Silva (2007) em sua pesquisa buscou identificar e caracterizar os principais custos e proveitos de natureza ambiental que deverão ser reconhecidos contabilmente pelas empresas inerentes ao setor

de produção de energia elétrica. O autor agrupou-os de forma organizada, mas não exaustiva. Silva afirma que sempre que algum evento exija o recurso de estimativas não confiáveis, ou o custo associado ao seu reconhecimento puder ser superior ao benefício daí resultante, ou se esse valor não alterar a relevância dos custos ou proveitos ambientais da entidade, pode-se optar pela sua não individualização nos registros na contabilidade.

Lins e Silva (2009) avaliaram o nível de evidenciação e transparência dos Relatórios de Sustentabilidade emitidos pelas empresas do setor de papel e celulose que fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa propondo um conjunto de indicadores extraídos desses relatórios visando permitir avaliar se as intenções das empresas são reais conforme demonstrados em seus relatórios ou se são apenas peças de marketing. Das três empresas analisadas duas obtiveram um bom desempenho em relação a evidenciação e transparência das informações.

Rover, Murcia e Borba (2009) examinaram as informações de caráter ambiental divulgadas voluntariamente pelas empresas de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa, pertencentes a setores de alto impacto ambiental segundo a Lei nº. 10.165/2000. Os autores analisaram as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) do exercício de 2006. Verificaram que a maioria das informações é declarativa, do tipo positiva, localizada no Relatório da Administração e não auditada. Concluíram que os resultados corroboram com a Teoria do *Disclosure* Voluntário, na medida em que não se esperava que as empresas divulgassem voluntariamente informações negativas a respeito de suas práticas ambientais.

Gubiani, Santos e Beuren (2010) averiguaram quais informações ambientais estavam sendo evidenciadas nos Relatórios da Administração, no período de 2006 a 2008, de 11 empresas do setor elétrico listadas no ISE. Eles constataram que a maior parte das informações divulgadas atribui imagem positiva às empresas, concluindo que há necessidade de normatização da contabilidade ambiental no Brasil e, conseqüentemente, da evidenciação das informações ambientais.

Machado, Machado e Murcia (2011) analisaram a relação entre o impacto ambiental decorrente da atividade econômica e o volume de investimentos no meio ambiente das empresas brasileiras classificadas pelo potencial de poluição e o grau de utilização de recursos naturais, de acordo com a Lei nº 10.165/2000, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. As análises do estudo confirmaram a relação entre o impacto ambiental potencial e os investimentos ambientais; e evidenciaram que as empresas cuja atividade não causam impacto ambiental estão mais propensas a realizarem baixos investimentos ambientais.

Oliveira, Benetti e Varela (2011) analisaram o *disclosure* obrigatório das Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes das maiores empresas não-financeiras listadas na BM&FBovespa. A análise realizada através da métrica fundamentada no CPC 25 (2009) revelou que a adoção do Pronunciamento não impactou o nível de *disclosure* em razão de ser um procedimento já praticado pelas empresas, pratica que pode ser explicada devido a obrigatoriedade da Deliberação da CVM nº 489/05. Os resultados da pesquisa apontam um elevado nível de evidenciação dos ativos e passivos contingentes e dos casos especiais, mesmo com a não divulgação de várias subcategorias de informações do CPC 25 (2009). Quanto às provisões várias informações ainda não são divulgadas pelas empresas, em desacordo com o que estabelece o Pronunciamento.

Alves et al. (2012) investigaram a relação entre o desempenho econômico e o desempenho ambiental das empresas no Brasil e na Espanha. Os autores analisaram ainda a correspondência entre o nível de impacto ambiental e o desempenho ambiental das empresas do setor secundário, a fim de se testar a hipótese de que as indústrias do Brasil e da Espanha com maior potencial de impacto ambiental são aquelas que apresentam maior desempenho ambiental. Os resultados da pesquisa apontam, considerando os dois países em conjunto, que a hipótese da pesquisa foi rejeitada, já que as empresas do setor secundário com alto impacto ambiental apresentaram níveis baixo e médio de desempenho ambiental.

## **2.2 Divulgação de informações de natureza ambiental**

A contabilidade ambiental surge da necessidade da evidenciação dos acontecidos no meio ambiente sob a ótica de Paiva (2006, p. 17), “pode ser entendida como a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisão”.

A evidenciação ambiental pode ser vista como uma prestação de contas da entidade à sociedade, aos investidores, aos fornecedores e outros usuários, de como o meio ambiente esta sendo utilizado. Quanto menor for o impacto ambiental negativo melhor repercutirá na gestão da empresa.

Nossa (2002, p. 88) comenta que “um dos fatores que levam as empresas a evidenciarem suas informações ambientais voluntariamente é a pressão que elas sofrem dos *stakeholders*, principalmente se a organização atua em alguma atividade potencialmente poluidora”. Sendo eles um dos principais usuários de tais informações.

Deegan e Rankin (1997 apud BRAGA, OLIVEIRA; SALOTTI, 2009, p. 84) “dizem que em geral as informações ambientais divulgadas pelas empresas em seus Relatórios Anuais tendem a ser enviadas, ao destacar a imagem de que é uma empresa ambientalmente responsável, com mínima divulgação de informações negativas”. Esta pesquisa tem como um dos objetivos o de constatar essa afirmação.

No Brasil a evidenciação ambiental não é obrigatória, mas existem alguns órgãos com diretrizes e orientações para a divulgação ambiental: o Parecer de Orientação n.º 15/1987 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Resolução n.º 1.003/2004 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). E em âmbito internacional a *Global Reporting Initiative* (GRI).

Segundo Paiva (2006), a evidenciação das demonstrações ambientais se dá pelas Notas Explicativas, Relatório da Administração e Balanço Social. Dentre esses, o Relatório de Sustentabilidade é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações. Ao longo da pesquisa serão analisados os Relatórios de Sustentabilidade das empresas selecionadas para verificação de sua evidenciação ambiental.

## **3 METODOLOGIA**

De acordo com Gil (2009, p. 17), “a pesquisa é o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. O autor ainda acrescenta que, “a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos”.



Vergara (2007), propõe dois critérios básicos para a classificação dos tipos de pesquisa: quanto aos fins e quanto aos meios de investigação. Sendo que esses tipos não são mutuamente excludentes.

Esta pesquisa quanto aos fins ou objetivos classifica-se como descritiva. Segundo Gil (2009, p. 42), “as pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto aos meios de investigação ou os procedimentos, o trabalho é considerado como bibliográfico. Conforme Vergara (2007, p. 48) “a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público”. De acordo com Gil (2009) pode considerá-la também como uma pesquisa documental já que há documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas etc. No caso da pesquisa serão analisados as Notas Explicativas e os Relatórios de Sustentabilidade.

Quanto á abordagem do problema a pesquisa caracteriza-se como qualitativa já que a análise não poderá ser quantificada. Segundo Neves e Domingues (2007), esse tipo de abordagem procura-se apreender dimensões tais como a subjetividade e a individualidade, características nem sempre presente em estudos quantitativos.

A pesquisa foi realizada com empresas de capital aberto listadas no site da BM&FBovespa pertencentes ao setor de alto grau de poluição ambiental as quais compreendem a população do estudo. O período da seleção das empresas foi em novembro de 2011 e o ano a ser analisado foi o de 2010. O critério de escolha das empresas está baseado no Anexo VIII da Lei nº 10.165 de 27 de dezembro de 2000 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Nesse anexo as empresas com atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais estão classificadas de acordo com o grau de poluição, a saber: pequeno, médio e alto.

O Quadro 1 evidencia a população de 51 empresas selecionadas seguindo o segmento da BM&FBovespa de acordo com a categoria alto impacto ambiental.

Quadro 1: População da pesquisa que reúne as empresas listadas na BM&FBovespa com alto impacto ambiental

<b>Categoria - Alto Impacto Ambiental</b>	<b>Segmento BM&amp;FBovespa</b>	<b>Empresas</b>
Indústria Metalúrgica	Máq. e Equip. Construção e Agrícolas	Electro Aço Altona S/A Metisa Metalúrgica Timboense S/A
	Armas e Munições	Forjas Taurus S/A
	Material Rodoviário	Fras-Le S/A Metalúrgica Riosulense S/A
	Motores, Compressores e Outros	Lupatech S/A Schulz S/A
	Artefatos de Ferro e Aço	Panatlantica Siderúrgica J L Aliperti S/A

	Siderurgia	Cia de Ferro Ligas da Bahia Ferbasa Companhia Siderúrgica Nacional Gerdau S/A Metalúrgica Gerdau S/A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A Vicunha Siderurgia S/A.
Transporte, Terminais Depósitos e Comércio	Transporte Ferroviário	ALL- America Latina Logística Malha Norte S/A
		ALL - America Latina Logística Malha Paulista S/A
		ALL - America Latina Logística S/A
		Ferrovias Centro Atlântica S/A
		Grucaí Participações S/A
	MRS Logística S/A	
	Serviços de Apoio e Armazenagem	Companhia Docas de Imbituba
Indústria de Papel e Celulose	Papel e Celulose	Fibria Celulose S/A Celulose Irani S/A Companhia Melhoramentos de São Paulo Klabin S/A Santher Fabrica de Papel Santa Therezinha S/A Suzano Holding S/A Suzano Papel e Celulose S/A
Extração e Tratamento de Minerais	Minerais Metálicos	Centennial Asset Participações Amapá S/A Centennial Asset Participações Minas-Rio S/A Litel Participações S/A MMX Mineração e Metálicos S/A Vale S/A
Indústria Química	Fertilizante e Defensivos	Fertizantes Heringer S/A Nutriplant Industria e Comercio S/A Vale Fertilizantes S/A
	Petroquímico	Braskem S/A Elekeiroz S/A M e G Poliéster S/A G P C Participações S/A Unipar Participações S/A
	Químicos Diversos	Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S/A QGN Participações S/A
	Exploração e ou Refino	HRT Participações em Petróleo S/A. OGX Petróleo e Gás Participações S/A. Petróleo Brasileiro S A PETROBRAS QGEP Participações S/A Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
	Produtos de Limpeza	Bombril S/A
	Produtos de uso pessoal	Natura S/A

Fonte: Elaborado pela autora com base na Lei nº 10.165/2000 e na BM&FBovespa (2012).

O Quadro 2 apresenta a amostra do estudo obtida com base no critério de disponibilização pela empresa do Relatório de Sustentabilidade de 2010 nas *homepages* das empresas.

Quadro 2: Amostra da pesquisa

Empresa	Relatório de Sustentabilidade Auditado
---------	--

1. Lupatech S/A	Não
2. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A	Sim
3. Fibria Celulose S/A	Sim
4. Celulose Irani S/A	Sim
5. Klabin S/A	Sim
6. Suzano Papel e Celulose S/A	Sim
7. Braskem S/A	Sim
8. Elekeiroz S/A	Não
9. Petróleo Brasileiro S/A	Sim
10. Natura S/A	Sim
11. Vale S/A	Sim

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme Quadro 2 verifica-se que somente 18% da população participaram da amostra em virtude da disponibilização do Relatório de Sustentabilidade de 2010. Apesar das empresas do estudo pertencerem à categoria de alto impacto ambiental percebe-se que poucas divulgam esse relatório que no Brasil ainda é divulgado voluntariamente pelas empresas. Das 11 empresas com exceção da empresa Lupatech que adota um modelo próprio de relatório, as demais empresas da amostra adotaram o Modelo de Relatório de Sustentabilidade da GRI (*Global Reporting Initiative*). Cabe ressaltar que dos 10 Relatórios de Sustentabilidade nove foram submetidos à verificação independente do conteúdo declarado, ou seja, suas informações foram auditadas.

Para a análise das Notas Explicativas das empresas participantes da amostra adotou-se um *check list* elaborado de acordo com os itens de divulgação do CPC 25 (2009), conforme apresenta o Quadro 3. A verificação ocorreu somente nas Provisões e/ou Passivos Contingentes de natureza ou classe ambiental.

Quadro 3: Itens de divulgação para verificação das Notas Explicativas das empresas de acordo com o CPC 25 (2009)

<b>Provisão</b>	<b>Item 84:</b> A entidade deve divulgar para cada classe de provisão:	a) valor contábil no início e no fim do período; b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; c) valores utilizados (incorridos ou baixados contra a provisão) durante o período; d) valores não utilizados revertidos durante o período; e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o
		efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.
	<b>Item 85:</b> A entidade deve divulgar para cada classe de provisão:	a) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes; b) uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas; c) o valor de qualquer reembolso esperado.

<b>Passivo Contingente</b>	<b>Item 86:</b> A entidade deve divulgar para cada classe de passivo contingente:	a) Uma breve descrição da natureza do passivo contingente, na data do balanço; b) Quando praticável: 1) a estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme a melhor estimativa, o risco, e a incerteza, o valor presente ou evento futuro; 2) a indicação das incertezas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; 3) a possibilidade de qualquer reembolso.
----------------------------	---	--

Fonte: Adaptado do Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009).

Para a verificação das Notas Explicativas levou em consideração o seguinte critério de identificação das divulgações: zero (0) – Evidenciação Nula, um (1) – Evidenciação Parcial, dois (2) – Evidenciação Total.

Para o monitoramento das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade foi utilizado três indicadores do conjunto de protocolo de indicadores de desempenho ambiental da estrutura de materiais para a orientação dos Relatórios de Sustentabilidade da GRI. Os quais são: EN 23 - Número e volume total de derramamentos significativos; EN 28 - Valor monetário de multas e número total de sanções resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais; EN 29 - Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transporte dos trabalhadores.

Ainda para a análise dos Relatórios de Sustentabilidade foi adotada a Estrutura Conceitual para Análise das Informações Ambientais elaborada por Rover, Murcia e Borba (2009) a qual também foi utilizada no estudo de Gubiani, Santos e Bueren (2010), conforme exhibe o Quadro 4.

Quadro 4: Estrutura conceitual para análise das informações ambientais

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>
1. Políticas Ambientais	Declaração das políticas/práticas/ações atuais e futuras
	Estabelecimento de metas e objetivos ambientais
	Declarações indicando que a empresa está (ou não) em obediência ( <i>compliance</i> ) com as leis, licenças, normas e órgãos ambientais
	Parcerias ambientais
	Prêmios e participações em índices ambientais
2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental	ISO 14.000
	Auditoria Ambiental
	Gestão ambiental
3. Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	Desperdícios/Resíduos
	Processo de acondicionamento (embalagem)
	Reciclagem
	Desenvolvimento de produtos ecológicos
	Impacto na área de terra utilizada
	Odor
	Uso eficiente/Reutilização da água/Tratamento de efluentes
	Vazamentos e derramamentos
	Reparos aos danos ambientais
4. Energia	Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações
	Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia
	Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia

	Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia
5. Informações Financeiras Ambientais	Investimentos ambientais
	Custos/Despesas ambientais
	Passivos ambientais
	Práticas contábeis ambientais
	Seguro ambiental
	Ativos ambientais tangíveis e intangíveis
6. Educação e Pesquisa Ambiental	Educação ambiental (internamente e/ou comunidade)
	Pesquisas relacionadas ao meio ambiente
7. Mercado de Créditos de Carbono	Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)
	Créditos de Carbono
	Gases do Efeito Estufa (GEE)/Emissões atmosféricas
	Certificados de Emissões Reduzidas (CER)
8. Outras Informações Ambientais	Menção sobre sustentabilidade/Desenvolvimento Sustentável
	Gerenciamento de florestas/Reflorestamento
	Conservação da biodiversidade
	Paisagismo e jardinagem ( <i>landscaping</i> )
	Relacionamento com <i>stakeholders</i>

Fonte: Adaptado de Rover, Murcia e Borba (2009).

Foram analisadas as informações obtidas ao longo da pesquisa e feita às devidas análises e comparações.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção busca atender o objetivo geral desse trabalho através da subdivisão nos quatro objetivos específicos.

### 4.1 Caracterização das empresas

Em virtude da dificuldade na coleta dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em questão, a análise do estudo foi realizada com uma amostra de 11 empresas conforme Quadro 5, onde elas são caracterizadas segundo segmento da BM&FBovespa e categoria de alto impacto ambiental conforme anexo VIII da Lei nº 10.165/00.

Quadro 5: Caracterização da amostra da pesquisa

Razão Social	Segmento BM&Bovespa	Categoria Alto Impacto Ambiental
Lupatech S/A	Motores, Compressores	Indústria Metalúrgica
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A	Siderurgia	Indústria Metalúrgica
Fibria Celulose S/A	Papel e Celulose	Indústria de Papel e Celulose
Celulose Irani S/A	Papel e Celulose	Indústria de Papel e Celulose
Klabin S/A	Papel e Celulose	Indústria de Papel e Celulose
Suzano Papel e Celulose S/A	Papel e Celulose	Indústria de Papel e Celulose
Braskem S/A	Petroquímico	Indústria Química

Elekeiroz S/A	Petroquímico	Indústria Química
Petróleo Brasileiro S/A	Exploração e Refino	Indústria Química
Natura S/A	Produtos de uso pessoal	Indústria Química
Vale S/A	Minerais Metálicos	Extração e Tratamento de Minerais

Fonte: Dados da pesquisa.

Com as informações da Tabela 1, verifica-se que de acordo com a classificação do Segmento da BM&FBovespa os setores predominantes em ordem decrescente são: Papel e Celulose (37%), Petroquímico (18%), seguido de 9% para os demais setores: Motores, Compressores; Siderurgia; Exploração e Refino; Produtos de uso pessoal e Minerais Metálicos. Quanto à Categoria com Alto Impacto Ambiental, nota-se que os setores predominantes são: Indústria de Papel e Celulose com 37%; Indústria Química com 36%; Indústria Metalúrgica com 18%, seguido de Extração e Tratamento de Minerais com 9%.

#### 4.2 Divulgação nas Notas Explicativas sobre Provisões e Passivos Contingentes de natureza ambiental de acordo com o CPC 25

Partindo do pressuposto que o CPC 25 (2009) torna-se obrigatório na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010 foi feito um mapeamento das 11 empresas que divulgaram em suas Notas Explicativas Provisões e ou Passivo Contingente de natureza ambiental, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Mapeamento da evidenciação e divulgação em Notas Explicativas

Empresa	Notas Explicativas		Total
	Provisões ambientais	Passivos Contingentes ambientais	
Lupatech	Não	Não	0
Usiminas	Sim	Não	1
Fibria Celulose	Não	Não	0
Celulose Irani	Não	Sim	1
Klabin	Não	Não	0
Suzano Papel e Celulose	Não	Não	0
Braskem	Sim	Não	1
Elekeiroz	Não	Não	0
Petrobras	Não	Sim	1
Natura	Sim	Não	1
Vale	Sim	Não	1
<b>Total</b>	<b>4/11 – 36%</b>	<b>2/11 - 18%</b>	

Fonte: Dados da pesquisa.

Constatou-se que das 11 empresas da pesquisa somente seis apresentaram em suas Notas Explicativas alguma divulgação sobre Provisões e/ou Passivos Contingente de natureza ambiental. Nenhuma das empresas evidenciou as duas situações simultaneamente. Dessas seis empresas – Usiminas, Irani, Braskem, Petrobras, Natura e Vale – percebe-se que em conformidade com a classificação de alto impacto ambiental três empresas pertencem a Indústria Química e as outras pertencem a Indústria Metalúrgica, Indústria de Papel e Celulose e a Extração e Tratamento de Minerais.

Baseado no *check list* do Quadro 3 e no mapeamento da Tabela 1 foi elaborada a Tabela 2 com as empresas que apresentaram em suas Notas Explicativas Provisões e/ou Passivos Contingentes de natureza ambiental de acordo com o CPC 25 (2009). A finalidade da Tabela 3 é identificar se as empresas estão evidenciando e divulgando seguindo as instruções do CPC 25 (2009).

Tabela 2: *Check list* nas Notas Explicativas dos itens de divulgação do CPC 25 (2009)

	Item CPC	Usiminas	Irani	Braskem	Petrobras	Natura	Vale	Total	Total %
Provisão de Natureza Ambiental	84 a)	2	0	2	0	2	2	8	8/12 – 66%
	84 b)	0	0	2	0	2	0	4	4/12 – 33%
	84 c)	0	0	2	0	2	1	5	5/12 – 42%
	84 d)	0	0	0	0	0	1	1	1/12 – 8%
	84 e)	0	0	0	0	2	1	3	3/12 – 25%
	85 a)	0	0	1	0	2	0	3	3/12 – 25%
	85 b)	0	0	0	0	0	0	0	---
	85 c)	0	0	0	0	0	0	0	---
Passivo Contingente de Natureza Ambiental	86 a)	0	2	0	2	0	0	4	4/12 – 33%
	86 b)	0	1	0	1	0	0	2	2/12 – 17%
	<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>---</b>	<b>---</b>
	<b>Total %</b>	<b>2/20 – 10%</b>	<b>3/20 – 15 %</b>	<b>7/20 – 35%</b>	<b>3/20 – 15%</b>	<b>10/20 – 50%</b>	<b>5/20 - 25%</b>	<b>---</b>	<b>---</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Em linhas gerais, percebe-se que as informações da Tabela 2 corroboram Oliveira, Benetti, Varela (2011), que ao analisarem o nível de evidenciação das Provisões e Passivos Contingentes das maiores empresas por receita líquida da BM&FBovespa constataram que as empresas não adotam por completo a divulgação dos itens do CPC 25 (2009) não sendo possível saber se o fato não ocorreu na empresa ou se ela não fez a divulgação.

Verifica-se que a Natura foi a empresa que melhor evidenciou as informações de acordo com o CPC 25 (2009) – 50%, em segundo lugar a Braskem - 35%, em terceiro a Vale - 25%, em quarto, a Petrobras - 15% e a Irani - 15% e por fim Usiminas – 10%. Todavia o alto índice de evidenciação da Natura e Braskem foi alcançado mesmo com a não divulgação de várias subcategorias de informações exigidas pelo CPC 25 (2009).

Percebe-se que os itens que se obteve mais divulgação foram: 84 a (valor contábil no início e fim do período); 84 c (valores utilizados durante o período); 84 b (provisões adicionais feitas no período) e 86 a (uma breve descrição da natureza do passivo contingente), respectivamente nessa ordem. Observa-se que os itens 85 b (uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas) e 85c (o valor de qualquer reembolso esperado) não obtiveram nenhuma divulgação.

Para exemplificação das informações divulgadas pelas empresas nas Notas Explicativas (NE) foram extraídos alguns trechos para uma melhor compreensão, conforme descrição a seguir.

A Usiminas apresenta a conta Provisões para Passivos Ambientais e Desativação em seu Balanço Patrimonial e exibe a seguinte Nota Explicativa:

Os gastos com a recuperação ambiental foram registrados como parte dos custos desses ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia de futuros gastos trazidos a valor presente (USIMINAS, NE 2010).

A Irani apresenta Contingência Ambiental divulgada de forma parcial conforme trecho abaixo:

Refere-se à ação ambiental do Ministério Público Federal e tem como valor máximo estimado de indenização R\$ 876 mil. Por considerar o referido assunto de difícil mensuração, a Administração da Companhia avalia a ação como possível perda, porém com boas chances de êxito, entendendo ainda que se condenada o valor seja menor do máximo estimado de indenização (IRANI, NE 2010).

A Braskem evidencia e divulga como Provisão Diversa de natureza ambiental:

Provisão para recuperação de danos ambientais: a Companhia mantém provisão para gastos futuros com reparação de danos ambientais em algumas das suas plantas industriais. O prazo previsto desses gastos, que estão mensurados a valor presente, é de cinco anos (BRASKEM, NE 2010).

A Petrobras divulga as Contingências Passivas como Processo Judicial não Provisionado de natureza ambiental, conforme transcrição:

Em 2000, um derramamento de óleo ocorrido no Terminal São Francisco do Sul, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas; Em 2001, o oleoduto de Araucária - Paranaguá rompeu com um movimento sísmico e derramou, aproximadamente, 15.059 galões de óleo combustível em vários rios no estado do Paraná; Em 20 de março de 2001, a plataforma P-36 afundou na bacia de Campos (PETROBRAS, NE 2010).

A Petrobras provisiona em suas Notas Explicativas a conta Provisão para Desmantelamento de Áreas no valor de R\$ 6.505.390 como uma mudança de prática contábil, antes contabilizada pela norma *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) 143 por seu valor presente considerando as taxas históricas de cada período para o qual a provisão foi constituída. Com a adoção da Interpretação Técnica ICPC 12 a provisão deve refletir os efeitos de mudanças na taxa de desconto corrente de um período para outro.

A Natura provisionou como Risco Cível os honorários advocatícios de ação civil ambiental, conforme Nota Explicativa abaixo:

Refere-se aos honorários advocatícios para defesa no auto de infração movido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) contra a Sociedade em novembro de 2010 por acessos supostamente irregulares à biodiversidade. A Administração da Sociedade e seus assessores legais consideram como remota a possibilidade de perda nesses autos de infração em virtude do cumprimento total de todos os princípios estabelecidos [...] (NATURA, NE 2010).

A Vale evidencia e divulga suas Provisões de natureza ambiental mas não foi identificado nenhum trecho nas Notas Explicativas contendo descrição mais elucidativa.



De acordo com as análises das Notas Explicativas apresentadas percebe-se que não há uma padronização na divulgação das Provisões e ou Passivos Contingentes ambientais pelas empresas de acordo com o CPC 25 (2009).

### 4.3 Monitoramento das informações negativas de natureza ambiental nos Relatórios de Sustentabilidade (RS)

O Quadro 6 exibe o monitoramento das informações negativas de natureza ambiental divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas, por meio de três indicadores do GRI relacionados ao desempenho ambiental, EN 23 - Número e volume total de derramamentos significativos; EN 28 - Valor monetário de multas e número total de sanções resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais; e EN 29 - Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transporte dos trabalhadores.

Quadro 6: Mapeamento da evidenciação dos indicadores do GRI pelas empresas *versus* evidenciação de provisões e passivos contingentes ambientais

Empresa	Indicadores do GRI			Evidenciação em Notas Explicativas	
	EN 23	EN 28	EN 29	Provisão Ambiental	Passivo Contingente Ambiental
Usiminas	---	X	---	X	---
Fibria	---	X	---	---	---
Irani	---	---	---	---	X
Klabin	---	---	---	---	---
Suzano	---	---	---	---	---
Braskem	---	---	---	X	---
Elekeiroz	---	---	---	---	---
Petrobras	X	X	---	---	X
Natura	---	X	---	X	---
Vale	---	---	---	X	---

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Quadro 6 a única empresa que mencionou haver derramamento significativo, indicador EN 23, foi a Petrobras. Com exceção das empresas Suzano e Elekeiroz que não mencionaram o indicador EN 23, as demais relataram que não houve ocorrência de derramamento significativo em 2010.

Quanto ao indicador EN 28, considerado o de maior ocorrência, as empresas Usiminas, Fibria, Petrobras e Natura declararam terem pago multas ambientais em 2010, enquanto as demais declararam não terem multas no período.

Já quanto ao indicador EN 29 as empresas não apresentam nenhum impacto ambiental significativo, mas a Usiminas, Fibria, Irani e a Vale apresentam quadro com os impactos gerados pelo transporte de produtos e trabalhadores. As empresas Klabin, Braskem e Elekeiroz não mencionam sobre o indicador. A Natura divulga os gases de efeito estufa (GEEs) emitidos no transporte de matéria-prima e produtos.

Das 10 empresas que apresentaram em seus relatórios os indicadores de desempenho ambiental do GRI seis delas não apresentaram derramamentos significativos, multas ambientais ou impactos

significativos em relação a transporte tanto de produtos quanto de trabalhadores. Dessas empresas percebe-se que três são Indústria de Papel e Celulose: Irani, Klabin e Suzano; e duas pertencem a Indústria Química: Braskem e Elekeiroz. Porém as empresas Irani, Braskem e Vale apresentaram Provisões e ou Passivo Contingente ambiental.

Conforme Quadro 7 foram extraídos dos Relatórios de Sustentabilidade alguns trechos de declarações sobre externalidades negativas de natureza ambiental de algumas empresas, nas demais não foram identificadas esse tipo de informação.

Quadro 7: Informações qualitativas de natureza ambiental negativa divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade (RS), 2010

<b>Empresa</b>	<b>Informação divulgada nos Relatórios de Sustentabilidade</b>
<b>Usiminas</b>	Em 2010, o valor total de multas ambientais recebidas e pagas pela Usiminas alcançou o montante de R\$ 356.951,19, referente a 32 ocorrências. A empresa apresenta um quadro com a descrição dessas multas (USIMINAS, RS 2010).
<b>Irani</b>	A Empresa possui, desde 2003, dois processos em trâmite perante a Justiça Federal, uma ação civil pública e uma ação penal; ambos apuram a ocorrência de danos ambientais e estão em fase de instrução, não proferida sentença de primeiro grau até 31 de dezembro de 2010; O aumento de resíduos sólidos, em 2010, ocorreu em razão do aumento de produção; O aumento no consumo de materiais nas Unidades Papel, Embalagem SC e Embalagem SP ocorreu, principalmente, por causa do aumento de produção em relação a 2009; A Unidade Embalagem SP teve um aumento no consumo de água em virtude do aumento da produção e adequação dos hidrômetros; Na Embalagem SP o aumento no consumo de água ocorreu por causa do aumento da produção industrial (IRANI, RS, 2010).
<b>Petrobras</b>	Em 2010, foram constatados 21 autos de infração ambientais, que totalizam em multas o valor de R\$ 80,75 milhões. Esses números só consideram as multas com valores iguais ou superiores a R\$ 1 milhão. Impactos de caráter temporário são frequentes na execução de obras e estão relacionados à emissão de poeira e ruído proveniente da movimentação de solos e da operação de máquinas e equipamentos de grande porte, que podem inclusive provocar a fuga de animais do local (PETROBRAS, RS 2010).
<b>Natura</b>	Entre os meses de novembro e dezembro de 2010, a Natura recebeu 68 autos de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que totalizam R\$ 22 milhões, por acesso supostamente irregular à biodiversidade para a realização de pesquisas e desenvolvimento de produtos (NATURA, RS 2010).
<b>Vale</b>	No Espírito Santo tramita uma ação coletiva proposta pela Associação dos Pescadores de Parati e Ubu (APUP) alegando supostos danos ambientais e interferência na pesca em razão de sondagens marítimas, cuja defesa já foi apresentada. [...] A Urucum Mineração S.A. foi citada para apresentar contestação em uma ação civil pública na Vara da Fazenda Pública de Corumbá (PA) pleiteando a recuperação do córrego Urucum e danos morais ambientais. [...] Em razão da aquisição dos ativos de fertilizantes, a Vale assumiu algumas ações judiciais. Uma delas está relacionada à suposta poluição na unidade de Uberaba; outra ação diz respeito à restauração do Parque da Serra do Mar, e uma terceira ação questiona o licenciamento ambiental do Projeto Anitapólis (SC). A Vale também está promovendo sua defesa em um conjunto de ações indenizatórias na comunidade do
	Barreiro em Araxá (MG) (VALE, RS 2010).

Fonte: Dados da pesquisa

Em uma confrontação da verificação realizada nas informações contidas nas Notas Explicativa *versus* o monitoramento nos Relatórios de Sustentabilidade das seis empresas que divulgaram Provisões e ou Passivos Contingentes de natureza ambiental percebe-se que empresas como a Braskem apresentou provisão de natureza ambiental, mas em seu Relatório de Sustentabilidade não mencionou nenhum dano ao meio ambiente. E apesar da Fibria não apresentar Provisão e ou Passivo Contingente de natureza ambiental em suas Notas Explicativas divulgou em seu Relatório de Sustentabilidade a seguinte informação:

Em 2009 tivemos uma advertência da Cetesb por lançamento de efluente líquido em desacordo com a legislação vigente. Atualmente temos em andamento um TAC referente ao acidente do aterro ocorrido em 2005, além de dois inquéritos civis referente à Pluma de Poluição e Odor e outro referente à disposição de resíduos industriais. Os mesmos estão em análise pelo Ministério Público e apresentamos todas evidências solicitadas no inquérito, encaminhando as devidas soluções para os problemas. Foram lavradas sete autuações, sendo seis AIIPA (Auto de Infração Imposição Penalidade de Advertência) e uma AIIPM (Auto de Infração Imposição Penalidade de Multa). Em todos os autos foram apresentadas justificativas técnicas para encaminhamento das soluções. Apesar de os principais indicadores ambientais apresentarem evolução entre 2009 e 2010, sofremos autuações em resíduos sólidos, emissões hídricas e emissões atmosféricas (FIBRIA, RS 2010).

#### 4.4 Identificação de estratégias de prevenção nas empresas para que as contingências negativas não venham a acontecer no meio ambiente

Para uma maior compreensão das informações divulgadas pelas empresas, o Quadro 8 exibe alguns exemplos de declarações extraídas dos Relatórios de Sustentabilidade.

Quadro 8: Exemplificação das informações divulgadas pelas empresas nos Relatórios de Sustentabilidade

<b>1. Políticas Ambientais</b>	
Declaração das políticas/práticas/ações atuais e futuras	Fruto de nossa conduta responsável, não recebemos, no exercício, multas ou sanções não monetárias referentes a não conformidade a leis e regulamentos ambientais aplicáveis ao nosso setor de atuação (SUZANO, RS 2010).
Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	Enviar ao aterro um percentual de resíduos inferior a 9,34%; Manter o percentual de material reciclado em 23%; Gerar 90% da energia consumida; Manter o consumo específico de energia de no máximo 0,78 MWh/tonelada bruta produzida; Reduzir para 25 m <sup>3</sup> a quantidade de água por tonelada bruta produzida; Aumentar o percentual de água reutilizada para 75%; Reduzir para 22,7 m <sup>3</sup> a quantidade de efluente gerado por tonelada bruta produzida (IRANI, RS 2010).
<i>Compliance</i> com as leis, licenças, normas e órgãos ambientais	As florestas próprias têm a certificação <i>Forest Stewardship Council</i> (FSC), o que garante que o manejo é realizado de forma ambientalmente correta (KLABIN, RS 2010).
Parcerias ambientais	Foi desenvolvido o projeto Assentamentos Sustentáveis, com Agrofloresta e Biodiversidade, em parceria com a Universidade de São Paulo e o governo da Bahia, para a construção de uma metodologia para a criação de assentamentos rurais com base na agricultura familiar, na produção comunitária e na preservação do meio ambiente (FIBRIA, RS 2010).
Prêmios e participações em índices ambientais	Prêmio Brasil de Meio Ambiente; prêmio na categoria “Melhor Trabalho em Ar”; Prêmio Fiema 2010 na categoria “Tecnologia Ambiental” (IRANI, RS 2010).
<b>2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental</b>	

ISO 14.000	No campo das certificações, a Usiminas foi a primeira no setor siderúrgico brasileiro – e a segunda no mundo – a obter a certificação ISO 14001 (USIMINAS, RS 2010).
Auditoria ambiental	Com o objetivo de assegurar o cumprimento e o alinhamento de todas as operações da Vale com as diretrizes e políticas ambientais, com o SGA e,
	principalmente, com os requisitos regulatórios aplicáveis, o Programa de Auditorias Ambientais Corporativa foi ampliado, considerando as operações internacionais da empresa, além de alvos em pesquisa e obras (VALE, RS 2010).
Gestão ambiental	O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) estabelece as diretrizes da atuação da companhia, reforçando seu comprometimento com a preservação dos recursos naturais e a redução dos impactos ambientais relacionados a efluentes hídricos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas (KLABIN, RS 2010).
<b>3. Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente</b>	
Desperdícios / Resíduos	O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da IRANI permite um rígido controle dos resíduos gerados no processo produtivo; Esse gerenciamento é cada vez mais racional, aumentando os índices de reutilização e reciclagem e reduzindo o volume de material disposto em aterros; Em 2010, 100% (72 toneladas) dos resíduos perigosos gerados no período foram coletados, transportados e tratados por empresas especializadas, capacitadas e adequadas ambientalmente (IRANI, RS 2010).
Processo de acondicionamento (embalagem)	Lançamos a primeira embalagem de refil de polietileno produzido a partir da cana-de-açúcar, fonte de energia renovável. Além de ser 100% reciclável, ela reduz em 58% a emissão de gases causadores de aquecimento global em relação ao plástico comum (NATURA, RS 2010).
Reciclagem	A máquina V da Unidade Papel utiliza grande quantidade de matéria-prima reciclada (aparas). A reciclagem produz benefícios econômicos, ambientais e sociais; proporciona a recuperação de matérias-primas e as recoloca no ciclo de consumo (IRANI, RS 2010).
Desenvolvimento de produtos ecológicos	Participar da elaboração da Norma ABNT sobre Rótulo Ecológico para produtos de aço (USIMINAS, RS 2010).
Impacto na área de terra utilizada	No Canadá, permanece uma ação civil em que se alega o declínio no valor de residências como resultado de suposta contaminação histórica no solo relacionada à refinaria de <i>Port Colborne</i> , já se apresentou defesa (VALE, RS 2010).
Odor	Além de buscar reduzir e controlar as fontes (equipamentos e processos) geradoras de odor, a empresa mantém a Rede de Percepção de Odor (RPO), formada por voluntários das comunidades vizinhas que são treinados para identificar o odor e comunicar a empresa ao detectarem a ocorrência de odor nas proximidades das fábricas (FIBRIA, RS 2010).
Uso eficiente / Reutilização da água/Tratamento de efluentes	Como resultado dos projetos obteve-se redução de 18.600 m <sup>3</sup> /ano na captação de água, redução de 16.800 m <sup>3</sup> /ano em emissão de efluentes líquidos e recuperação de 1.800 m <sup>3</sup> /ano de água de chuva de uma área equivalente a 950 m <sup>2</sup> . Ao todo, essa redução seria suficiente para abastecer uma cidade com 190.000 habitantes por um dia (ELEKEIROZ, RS 2010).
Vazamentos e derramamentos	Foram iniciados também 22 projetos, que vão desde a correção de vazamentos à substituição de equipamentos. Em 2010, não houve nenhum derramamento considerado significativo (VALE, RS 2010).

Reparos aos danos ambientais	[...] a Companhia pode ser obrigada não só a reparar danos que eventualmente venha a causar ao meio ambiente em decorrência das suas operações atuais, como até mesmo a reparar danos decorrentes de operações anteriores [...]. (ELEKEIROZ, RS 2010).
<b>4. Energia</b>	
Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações	A racionalização de energia elétrica também foi alvo de programas em todas as empresas Lupatech, no ano de 2010. Na Mipel Microfusão, a redução no consumo de energia por quilograma de peça produzida foi de 3,75% em relação a 2009. Na Valmicro, foi obtida uma economia de 10,73% por hora trabalhada (LUPATECH, RS 2010).
Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia	O vapor excedente gerado nos processos produtivos no site de Várzea Paulista é direcionado para turbinas que geram energia elétrica, suprimindo cerca de 70% das necessidades do complexo de fábricas (ELEKEIROZ, RS 2010).
Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia	O aproveitamento do calor gerado nas reações químicas dos processos produtivos para a produção de vapor e a utilização desse vapor em turbinas para a produção de energia elétrica, desde 1987, mostra a preocupação da empresa com a conservação dos recursos naturais, muito antes de o Brasil passar por crises de energia que evidenciaram essa necessidade (ELEKEIROZ, RS 2010).
Desenvolvimento / Exploração de novas fontes de energia	Diversos projetos de geração de energia estão na fase final de construção (VALE, RS 2010).
<b>5. Informações Financeiras Ambientais</b>	
Investimentos ambientais	Em 2010, as ações direcionadas ao meio ambiente receberam investimentos totais de R\$ 39,6 milhões, 78% superior a 2009 (KLABIN, RS 2010).
Custos / Despesas ambientais	Em 2010, o valor total de multas ambientais recebidas e pagas pela Usiminas alcançou o montante de R\$ 356.951,19, referente a 32 ocorrências (USIMINAS, RS 2010).
Passivos ambientais	Ao modificar o seu processo de tratamento do efluente da passivação química, que contém metais pesados, a Microinox passou a destinar 6,9 toneladas por mês do lodo gerado na Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), agora sem resíduos perigosos, para a compostagem. A iniciativa deixou de gerar um passivo ambiental para a empresa em função da destinação em aterro (LUPATECH, RS 2010).
<b>6. Educação e Pesquisa Ambiental</b>	
Educação ambiental (internamente e/ou comunidade)	A empresa também aplicou parte dos recursos em educação ambiental para os públicos interno e externo em 2010 (VALE, RS 2010).
Pesquisas relacionadas ao meio ambiente	Nosso grande diferencial consiste na promoção de crescimento sustentável por meio de pesquisa e desenvolvimento florestal há 43 anos (SUZANO, RS 2010).
<b>7. Mercado de Créditos de Carbono</b>	
Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)	Dois projetos desenvolvidos voluntariamente pela Petrobras obtiveram registro no Comitê Executivo da Convenção Quadro de Mudança do Clima das Nações Unidas (UNFCCC) por estarem em conformidade com os requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, sendo, portanto, candidatos à obtenção de créditos de carbono (PETROBRAS, RS 2010).
Créditos de Carbono	O projeto viabilizou retorno financeiro proveniente da venda de créditos de carbono de R\$ 6.356.303,07 no período de 2006 a 2008. Entre os períodos de 2009 e 2010, foram reconhecidos R\$ 3.512.953,68; esse valor ainda não foi recebido efetivamente, mas já foi contabilizado (IRANI, RS 2010).

Gases do Efeito Estufa (GEE) / Emissões atmosféricas	Em 2010 a Elekeiroz realizou juntamente com as empresas do segmento industrial da Itaúsa, com o apoio da consultoria FBDS (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável), o inventário de emissões de Gases Efeito Estufa (GEE) (ELEKEIROZ, RS 2010).
Certificados de Emissões Reduzidas (CER)	Os primeiros CER's foram emitidos em janeiro de 2011 para o período de 21 de março a 28 de julho de 2009. O registro prevê a redução de 109.555 toneladas CO2 equivalente por ano (VALE, RS 2010).
<b>8. Outras Informações Ambientais</b>	
Menção sobre sustentabilidade / Desenvolvimento Sustentável	Primeira fábrica de eteno derivado do etanol de cana-de-açúcar, para produzir polietileno (PE) verde. O produto demonstra tanto a capacidade de inovação da Companhia e de seus parceiros da indústria química quanto o compromisso com o desenvolvimento sustentável (BRASKEM, RS 2010).
Gerenciamento de florestas / Reflorestamento	Fábrica de Florestas: Trata-se de um projeto que promove a produção e o plantio de mudas de espécies nativas ao longo do Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros e do Anel Florestal, na região do litoral norte da Bahia, para a recuperação da Mata Atlântica, com ênfase no reflorestamento das nascentes e matas ciliares da região, que se estende do Polo Industrial de Camaçari ao Parque Sauípe (BRASKEM, RS 2010).
Conservação da biodiversidade	Em sintonia com o objetivo de contribuir para a conservação da biodiversidade regional associada às nossas propriedades, também adotamos, em São Paulo, o Programa de Monitoramento Integrado de Fauna. Com ele, esperamos obter um protocolo de procedimentos adequados à conservação de espécies em extinção (SUZANO, RS 2010).
Paisagismo e jardinagem ( <i>landscaping</i> )	O programa de áreas verdes da Companhia e o paisagismo interno da área industrial é mantido por meio do viveiro de mudas (USIMINAS, RS 2010).
Relacionamento com <i>stakeholders</i>	Ao manter o compromisso com a redução dos impactos de suas atividades ao meio ambiente, a Usiminas deu continuidade, em 2010, a um conjunto de ações, algumas delas articuladas com <i>stakeholders</i> , com o propósito de melhorar, de maneira consistente e contínua, sua gestão ambiental (USIMINAS, RS 2010).

Fonte: Dados da pesquisa com base em Rover, Murcia e Borba (2009).

Percebe-se que a maior parte das informações declaradas é de natureza positiva. Os termos das declarações são sempre: 'metas atingidas', 'objetivos traçados', 'indicadores ambientais que atendem as certificações', dentre outras. Poucas são as informações negativas extraídas dos Relatórios de Sustentabilidade. A empresa Vale foi a que mais divulgou informações de natureza ambiental negativa. Observa-se ainda que nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas Elekeiroz, Lupatech e Suzano não foram encontradas nenhuma informação de natureza ambiental negativa.

Através da análise individual das categorias percebe-se que as categorias Políticas Ambientais e Sistema de Gerenciamento Ambiental encontram-se mais declarações qualitativas positivas. A subcategoria Auditoria Ambiental não foi encontrada nenhuma declaração sobre auditoria ambiental externa.

A categoria Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente e a categoria Informações Financeiras Ambientais são as que mais apresentam sentenças ambientais negativas. Apesar das informações se apresentarem de forma negativa muitas vezes são seguidas por uma justificativa como, aumentou por crescimento da produção ou por aumento da demanda, a exemplo: "O total de emissões atmosféricas provenientes do transporte rodoviário e ferroviário de todas as unidades da Klabin no escoamento de produtos dessas unidades para o mercado nacional e Mercosul, aumentou

12,2% no período analisado, totalizando 74,71 mil toneladas de CO2. O resultado deve-se à maior demanda em comparação a 2009” (KLABIN, RS 2010).

Nota-se que as informações da categoria Informações Financeiras Ambientais apresenta informações quantitativas monetárias em virtude das subcategorias Investimentos Ambientais e Custos e Despesas ambientais. Não foi identificado nos relatórios informações sobre as subcategorias Práticas Contábeis Ambientais, Seguro Ambiental e Ativos Ambientais Tangíveis e Intangíveis corroborando com o estudo de Gubiani, Santos e Beuren (2010) que analisaram os Relatórios da Administração de 11 empresas do setor elétrico e não identificaram esse tipo de informação. Assim como ressaltado no estudo, é possível que elas até ocorram nas empresas, apenas não foram evidenciadas por qualquer motivo, o que denotaria falta de transparência dos atos da administração aos usuários dessas informações.

Na categoria Mercado de Créditos de Carbono nota-se o tipo de informação de natureza positiva tanto qualitativa quanto quantitativa em valores. Destaca-se ainda que as demais categorias apresentam sentenças ambientais qualitativas positivas.

Para a identificação de estratégias de prevenção para as contingências ambientais negativas apresenta-se o Quadro 9 destacando a categoria 2 da estrutura conceitual para análise das informações ambientais: Sistema de Gerenciamento Ambiental. De uma maneira breve apresenta-se o mapeamento da divulgação das empresas quanto ao: Sistema de Gestão Ambiental, Indicadores Ambientais, ISO 14.000 e Auditoria Ambiental e a evidenciação de suas Provisões e Passivos Contingentes Ambientais.

Quadro 9: Monitoramento sobre Sistema de Gerenciamento Ambiental, Relatório de Sustentabilidade 2010 *versus* evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes ambientais

Empresa	Mecanismos de monitoramento ambiental				Evidenciação em Notas Explicativas	
	Sistema de Gestão Ambiental	Indicadores Ambientais	ISO 14.000	Auditoria Ambiental	Provisão Ambiental	Passivo Contingente Ambiental
Lupatech	X	---	X	X	---	---
Usiminas	X	X	X	---	X	---
Fibria	X	X	X	X	---	---
Irani	---	X	---	---	---	X
Klabin	X	X	X	---	---	---
Suzano	---	X	X	---	---	---
Braskem	---	X	X	---	X	---
Elekeiroz	X	X	X	---	---	---
Petrobras	X	X	---	---	---	X
Natura	---	X	---	---	X	---
Vale	X	X	X	X	X	---

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Quadro 9 nota-se que sete das 11 empresas apresentam indicações que possuem Sistema de Gestão Ambiental (SGA), conforme declarações a seguir: Lupatech “contratou consultoria para amadurecer ainda mais seu Sistema de Gestão Ambiental”; Usiminas “ O SGA da Mineração Usiminas atuou, em 2010, com base na norma ABNT ISO 14.001:2004”; Fibria “SGA – ISO 14001 nas

Unidades Aracruz desde 1996”; Klabin “O SGA é certificado pela norma ISO 14001 em todas as unidades produtivas”; Elekeiroz “O SGA da Elekeiroz é desenvolvido em concordância com o código de Proteção Ambiental do Programa Atuação Responsável e com a Política Ambiental do Conglomerado Itaúsa”; Petrobras “Na Petrobras, a gestão ambiental é também integrada à gestão dos aspectos de segurança, eficiência energética e saúde envolvidos nas operações, dada a sinergia entre todos esses temas. Esse modelo de gestão integrada é identificado pela sigla SMES (Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde)”; e a Vale “A Vale desenvolveu o SGA baseado nos requisitos da Norma NBR-ISO 14001.”

Apesar das demais empresas não identificarem um sistema direcionado para gestão ambiental, elas apresentam declarações de sistemas de gestão adotados. A exemplo de declaração encontrada pode-se citar da empresa Suzano “Desde 2001, nosso modelo da gestão tem como base os conceitos do Modelo de Excelência da Gestão® (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)”.

Com exceção da Lupatech todas as empresas em estudo apresentaram em seus relatórios informações relacionadas à categoria de indicadores de desempenho ambiental.

Quanto ao ISO 14.000, norma internacional que aborda vários aspectos sobre gestão ambiental, oito das 11 empresas apresentam essa certificação.

Já quanto ao quesito auditoria ambiental poucas são as empresas auditadas ambientalmente. De acordo com a leitura dos relatórios algumas empresas possuem auditoria interna, outras foram realizadas auditorias de manutenções para a continuidade das certificações. Foram extraídos alguns trechos para a exemplificação: **Lupatech**: “Já na CSL (...) foram realizadas em 2010 auditorias externas em prestadores de serviços da área ambiental, monitoramento de água e energia, buscando mitigar o problema sempre que o consumo ultrapassou a meta” (LUPATECH, RS 2010); **Fibria**: “Em dezembro, a empresa recebeu o relatório final da auditoria de validação do inventário de emissões de gases de efeito estufa certificado pela BRTÜV” (FIBRIA, RS 2010); **Vale**: “Com o objetivo de assegurar o cumprimento e o alinhamento de todas as operações da Vale com as diretrizes e políticas ambientais, com o SGA e, principalmente, com os requisitos regulatórios aplicáveis, o Programa de Auditorias Ambientais Corporativa foi ampliado [...]” (VALE, RS 2010).

Na confrontação das estratégias de prevenção para contingências ambientais negativas com a evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes Ambientais percebe-se que as empresas Usiminas e Vale apresentaram requisitos para uma boa prevenção de contingências ambientais e evidenciaram Provisões de natureza ambiental em Notas Explicativas. E empresas como Fibria, Klabin e Elekeiroz que expuseram bem seus mecanismos de prevenção das contingências ambientais não tiveram ocorrências de Provisões e ou Passivos Contingentes Ambientais, confirmando o que teoricamente aconteceria com a utilização desses mecanismos de gestão no meio ambiente.

#### 4.5 Síntese dos resultados

O Quadro 10 mostra o confronto entre as informações contidas nas Notas Explicativas (obrigatórias) *versus* Relatório de Sustentabilidade (facultativas) das seis empresas que evidenciaram Provisões e ou Passivos Contingentes Ambientais.

Quadro 10: Confronto da evidenciação em Notas Explicativas e da divulgação no Relatório de Sustentabilidade



<b>Empresa</b>	<b>Notas Explicativas</b>	<b>Relatório de Sustentabilidade</b>
<b>Usiminas</b>	Provisão para recuperação ambiental em 31/12/10: Despoluição da Baía de Sepetiba R\$ 79.978; Recuperação de áreas em exploração R\$ 54.932.	O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) aprovou, no início de 2010, o plano da Usiminas para descontaminação da área da Companhia na Baía de Sepetiba (RJ). O terreno, que pertencia à massa falida da Ingá Mercantil, foi comprado em 2008 pela Usiminas, que se comprometeu a sanar o problema ambiental. [...] O processo de remediação teve início em 2010 e deve demandar aproximadamente R\$ 98 milhões.
<b>Irani</b>	Contingência ambiental em 31/12/10 R\$ 876.000 - Refere-se à ação ambiental do Ministério Público Federal.	A Empresa possui, desde 2003, dois processos em trâmite perante a Justiça Federal, uma ação civil pública e uma ação penal; ambos apuram a ocorrência de danos ambientais e estão em fase de instrução, não proferida sentença de primeiro grau até 31 de dezembro de 2010.
<b>Braskem</b>	Provisão para recuperação de danos ambientais em 31/12/10 R\$ 36.282.	Não há menção dessa provisão ambiental.
<b>Petrobras</b>	A empresa divulga processos judiciais não provisionados de natureza ambiental além de afirmar: [...] que detém diversos processos judiciais e administrativos, com expectativas de perdas possíveis, cujo total por natureza jurídica ambiental é R\$ 171 milhões.	Não há menção dos processos judiciais de natureza ambiental.
<b>Natura</b>	Honorários advocatícios - ação cível ambiental R\$ 1.512; Honorários do processo do IBAMA R\$ 3.965.	Em 2010, em consequência da legislação imperfeita, fomos autuados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) por suposto acesso irregular à biodiversidade.
<b>Vale</b>	Provisões ambientais R\$ 64 milhões.	Entre as ações judiciais relevantes, permanecem duas envolvendo as operações das minas de ferro da Vale em Itabira (MG), sob alegação de dano ambiental.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foi possível observar que somente as empresas Braskem e Petrobras não divulgaram em seus relatórios as informações sobre questões ambientais contidas em suas Notas Explicativas. As demais empresas declararam de forma parcial em seus relatórios as questões ambientais divulgadas em suas Notas Explicativas onde em algumas não mencionaram valores. Em análise individualizada observa-se que a: (i) Usiminas provisiona a despoluição da Baía de Sepetiba em ambas os documentos, mas com valores diferentes; (ii) Irani divulga a contingência ambiental nas Notas Explicativas, mas em seu relatório declara dois processos com ocorrência ambiental e não menciona valores; (iii) Natura provisiona os honorários de processos ambientais, mas não divulga e nem provisiona os autos em suas Notas Explicativas, já no relatório a empresa declara ter recebido 68 autos de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que totalizam R\$ 22 milhões; (iv) Companhia Vale divulga a provisão de natureza ambiental, mas não especifica a que se referem, já no relatório declara ações judiciais de natureza ambiental não mencionando valores.

Em linhas gerais, os resultados do estudo revelam a falta da discriminação das Provisões e Passivos Contingentes ambientais nas Notas Explicativas e/ou a falta de detalhamento nas declarações de externalidade negativa dos Relatórios de Sustentabilidade sobre as questões ambientais pelas empresas objeto desta investigação.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa teve como objetivo principal analisar a evidenciação de informações ambientais de natureza negativa divulgadas em Notas Explicativas e nos Relatórios de Sustentabilidade pelas empresas consideradas de alto impacto ambiental listadas na BM&FBovespa. Para tanto, realizou-se um estudo descritivo, com abordagem qualitativa dos dados, realizado por meio de pesquisa documental e da análise das Notas Explicativas e dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas do ano de 2010.

A pesquisa corrobora tanto com o estudo de Rover, Murcia e Borba (2009) como de Gubiani, Santos e Bueren (2010) quando em suas conclusões eles afirmam que a maior parte das informações ambientais contidas nos Relatórios de Sustentabilidade é de caráter positivo.

Em linhas gerais constatou-se que são poucas as divulgações de Provisões e Passivos Contingentes e as informações de caráter ambiental negativa em ambos os documentos analisados.

No que tange ao primeiro objetivo específico constou-se que o setor de maior predominância no estudo segundo o segmento BM&FBovespa é Papel e Celulose e segundo a categoria de alto impacto ambiental do anexo VIII da Lei 10.165 foi Indústria de Papel e Celulose e Indústria Química.

Quanto ao segundo objetivo às empresas que apresentaram Provisões e ou Passivos Contingentes Ambientais evidenciaram de forma parcial as informações, onde na qual a que mais se aproximou de uma divulgação correta de acordo com o CPC 25(2009) foi a empresa Natura. O setor de alto impacto ambiental que mais evidenciou as informações de Provisões e ou Passivos Contingentes de natureza ambiental foi Indústria Química.

Com relação ao terceiro objetivo verificou-se que no monitoramento dos Relatórios de Sustentabilidade o setor que mais divulgou externalidades ambientais negativas foi Indústria de Papel e Celulose. Quanto aos indicadores do GRI verificados o que mais obteve ocorrências foi EN 28. Na confrontação das informações negativas contidas em ambos os conteúdos analisados percebeu-se pouca sintonia nas informações das demonstrações as que evidenciaram Nota Explicativa e Relatório de Sustentabilidade foi a Natura. As empresas Lupatech, Klabin, Suzano, e Elekeiroz não apresentaram Provisões e ou Passivos Contingentes Ambientais, nem informações negativas em seus relatórios. Com exceção da Fibria que não divulgou nas Notas Explicativas, mas no Relatório de Sustentabilidade abordou que sofreu autuações em resíduos sólidos, emissões hídricas e emissões atmosféricas.

Assim, respondendo ao quarto objetivo constatou-se que: i) 64% das empresas declaram ter Sistema de Gestão Ambiental, ii) 91% das empresas apresentam indicadores ambientais de acordo com o modelo GRI, iii) 73% das empresas divulga possuírem certificação 14.000 e iv) e somente 3% das empresas são auditadas ambientalmente.

Vale ressaltar que o presente estudo qualitativo apesar de apresentar algumas limitações - número restrito de empresas e análise exclusiva do ano de 2010 - sinalizou importantes pontos sobre a evidenciação obrigatória e facultativa das Provisões e Passivos Contingentes de natureza ambiental em empresas brasileiras. Recomenda-se para estudos futuros a aplicação de análise quantitativa onde seja empregada técnicas estatísticas; a consideração de empresas que se enquadram nas categorias de médio e pequeno impacto ambiental (Lei nº 10.165/2000); ou ainda que utilize um maior período de análise, a fim de discernir como as empresas brasileiras que impactam o meio ambiente estão declarando suas informações ambientais ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. F. V.; DE LUCA, M. M. M.; CARDOSO, V. I. C.; GALLON, A. V.; CUNHA, J.

V. A. Relação entre desempenho ambiental e desempenho econômico de empresas no Brasil e na Espanha. In: III Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis, 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: AdCont, 2012.

BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. Disponível em:

<<http://www.bmfbovespa.com.br/cias->

listadas/empresaslistadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 02 nov. 2011.

BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 3, n. 3 p. 81-95, set./dez. 2009.

BRASIL. **Lei 6.938**, de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. DOFC DE 02 de set. de 1981, P. 16509. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.165**, de 27 de dezembro 2000. Altera a Lei 6.938 de agosto de 1981, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente. Diário Oficial da União, 28 de dez. de 2000, p 1. Edição extra. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10165.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, 28 de dez. de 2007, p. 2 (Edição Extra). Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)>. Acesso em: 02 nov.2011.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 1.003**, de 19 de agosto de 2004. NBC T 15 Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

CIOFI, J. L. **Uma investigação do nível de sustentabilidade das companhias de papel e celulose e a influência das informações financeiras sobre a qualidade da divulgação socioambiental**. 2010. 104 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2010.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 25 -**

**Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37. Disponível em:

<[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_25.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_25.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2011.

CVM - Comissão de Valores Imobiliários. **Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/atos/oficios/OFICIO-CIRCULAR-CVM-SNCSEP-01-2005.asp>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Deliberação CVM nº 489**, de 03 out. de 2005. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?File=\deli\deli489.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Deliberação CVM nº 594**, de 15 de set. de 2009. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli594.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

FARIAS, M. R. S. **Divulgação do passivo: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro**. 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUBIANI, C. A.; SANTOS, V.; BEUREN, I. M. Informações ambientais evidenciadas pela empresa do setor elétrico listadas no ISE. 2010. In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais - SIMPOI. **Anais...** São Paulo: SIMPOI, 2010.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDÁ, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. et al. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade Internacional para graduação: texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, M. S.; GARCIA, A. S. Mensuração e divulgação dos impactos ambientais na indústria: o caso R & B plásticos da Amazônia. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 72-85, maio/ago. 2005.

LINS, L. S.; SILVA, R. N. S. Responsabilidade sócio-ambiental ou Greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 91-105, jan./jun. 2009.

MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; MURCIA, F. D. R. Em busca da legitimidade social: relação entre o impacto ambiental da atividade econômica das empresas brasileiras e o investimento no meio ambiente. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 1, p. 20-35, 2011.

OLIVEIRA, A. F.; BENETTI, J. E.; VARELA, P. S. Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: CONGRESSO ANPCONT, 2011. **Anais...** Blumenau: ANPCONT, 2011.

NEVES, E. B.; DOMINGUES, C. A. (Orgs). **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: EB/ CEP, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/71171298/Manual-de-Metodologia-Da-Pesquisa-Cientifica>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002. 88 f. Tese (Doutorado em Controladoria e

Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

PAIVA, P. R. **Contabilidade ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; MURCIA, F. D. Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 23-36, jan./jun. 2009.

SILVA, H. V. Custos e proveitos ambientais: proposta de divulgação e relato na actividade de produção de electricidade. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 3, n. 2, p. 116-124, maio/ago. 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.